

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRESA SEMANAL

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	18 JAN 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Debate do programa

do Governo

Líderes intervêm na última sessão

A hora a que fechamos esta edição de «O Jornal», o primeiro-ministro Sá Carneiro respondia às críticas que durante o dia de ontem, haviam sido dirigidas ao programa do seu governo pelos partidos da oposição. Poucas horas depois ocorreria a votação do programa do Governo, sendo esperada a passagem, uma vez que não se previa qualquer quebra de disciplina de voto na maioria parlamentar. Amanhã, conforme o enunciado o Governo submeterá à apreciação uma «moção de confiança».

O deputado da UDP, major Mário Tomé, considerou que a vitória da AD se ficou a dever à falta de unidade da esquerda portuguesa, acentuando que o VI Governo vai seguir uma «política corrupta» ao serviço das «cem famílias monopolistas».

As bancadas do PSD e do CDS receberam com apupos e alguns sorrisos a afirmação do deputado da UDP de que Sá Carneiro e Freitas do Amaral tinham sido «delfins de Marcelo Caetano antes do 25 de Abril».

José Manuel Tengarrinha, do MDP/CDE, considerou que a intervenção de Freitas do Amaral sobre política externa constituiu uma rotura constitucional e lamentou a falta de respostas claras às perguntas que dirigira ao executivo. O deputado do MDP preconizou a instituição de salários indirec-

tos, a cargo do Estado e das autarquias, que compensem os trabalhadores das pequenas empresas, pagos normalmente com salários mais baixos.

Por seu turno, Álvaro Cunhal, num discurso que foi considerado como «moderado», criticou o carácter inconstitucional do programa do executivo de Sá Carneiro, acrescentando que este Governo tenciona levar à prática «três grandes operações de subversão para destruição do regime democrático». Segundo o líder comunista, a primeira seria a aprovação de uma nova lei eleitoral, a segunda, a tentativa de introdução da figura do referendo, e a terceira, a revisão inconstitucional da Constituição. A intervenção de Álvaro Cunhal suscitou protestos por parte da bancada da maioria governamental.

Finalmente, o secretário-geral do PS, Mário Soares, acusou Governo de pretender o «confronto institucional» e a reconstituição dos «grandes grupos económicos», manifestando-se também contra a eventualidade de uma revisão eleitoral provocar um aumento das distorções que existem na representação dos círculos. Mário Soares seria aplaudido pelos deputados do MDP/CDE e pelos do seu grupo parlamentar, estes de pé, quando criticou a retenção de Maria de Lurdes Pintasilgo, em Lisboa.